

REGULAMENTO N° 01, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a regulamentação do procedimento de seleção do material destinado à publicação na Revista da PGE.

A COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA DA PGE, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria PGE n.º 232, de 21 de março de 2025;

Considerando que compete à Comissão Editorial do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado do Acre a edição da Revista da Procuradoria-Geral do Estado, cuja consecução envolve a seleção do material destinado à publicação, bem como a elaboração de normas para o seu funcionamento;

Considerando que a Revista visa propiciar à comunidade jurídica e à sociedade em geral uma eficaz fonte de pesquisa e informação, principalmente no que se refere às matérias de direito público enfrentadas pela Procuradoria-Geral do Estado, no âmbito da consultoria aos órgãos da Administração Pública e das Procuradorias do Contencioso na defesa processual do ente público, e, ainda, os entendimentos doutrinários dos expoentes da nossa cultura jurídica;

Considerando que poderão ser acolhidos trabalhos da equipe de assessoria da instituição, de demais profissionais da área jurídica, bem como dos acadêmicos do curso de direito das universidades estabelecidas no Estado do Acre, que atendam às regras estabelecidas neste regulamento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o regulamento anexo, referente ao funcionamento da Comissão Editorial do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, bem como o procedimento adotado para a seleção de material destinado à publicação na Revista da Procuradoria-Geral do Estado, com fulcro na Lei Complementar n° 45/1994, em seu art. 19-A, inciso VIII.

Rio Branco/AC, 22 de abril de 2025.

Paulo Jorge Santos
Presidente

Andrey Cezar Windscheid Cruzeiro de Hollanda
Membro

Lucas Grangeiro Bonifácio
Membro

Luís Cabral Moraes
Membro

Maria José Maia Nascimento Postigo
Membro

Nilo Trindade Braga Santana
Membro

Thomaz Carneiro Drumond
Membro

REGULAMENTO

TÍTULO I

Da Formação da Comissão e Competência

Art. 1º O Presidente da Comissão é o Chefe do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º A Comissão Editorial tem as seguintes atribuições:

- I - editar a Revista da Procuradoria-Geral do Estado;
- II - selecionar os trabalhos científicos destinados à publicação pelo Centro de Estudos;
- III - recomendar a não divulgação dos trabalhos de interesse geral da Administração por razões de conveniência e oportunidade;
- IV - elaborar as normas de seu funcionamento;
- V – elaborar edital convocatório àqueles interessados em publicar trabalhos jurídicos;
- VI - executar outras tarefas pertinentes que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral do Estado, como a organização de eventos e seminários.

§ 1º A Comissão poderá delimitar temas objeto de publicação na Revista da PGE, a serem previstos no Edital Convocatório.

§ 2º A Comissão Editorial é soberana nas decisões que adotar, podendo excluir da avaliação, por maioria absoluta dos votos de seus membros, as peças que não atendam às exigências contidas no presente Regulamento, bem como àqueles que não possuírem pertinência temática.

Art. 3º Ao Presidente Compete:

- I - dirigir os trabalhos da Comissão Editorial;
- II - representar a Comissão junto às autoridades e órgãos;
- III - designar seu substituto eventual dentre os membros da comissão;
- IV – distribuir os trabalhos aos Membros da Comissão para relatoria.

TÍTULO II

Das Reuniões

Art. 4º A Comissão reunir-se-á sempre que necessário, por convocação do Presidente, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§ 1º As reuniões serão instaladas com a presença mínima da maioria absoluta dos membros, presididas pelo Presidente da Comissão e secretariadas por quem ele designar, registrando-se em ata digital os trabalhos realizados e armazenando-as no sistema de gestão documental da PGE.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Presidente, sem a designação de seu substituto, a Comissão o elegerá dentre seus integrantes.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria simples, tendo o Presidente direito de voto, inclusive o de desempate.

TÍTULO III

Da Revista da PGE

Art. 5º A Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Acre é uma publicação de informações técnico-científicas na área do Direito Público e Gestão Pública e destina-se à divulgação de:

- I - artigos, ensaios e outros trabalhos doutrinários relacionados ao conhecimento jurídico ou de gestão pública;
- II - resenhas ou traduções de artigos, ensaios ou livros jurídicos ou de gestão pública;
- III - comentários de decisões judiciais ou pareceres.

Parágrafo Único. A Comissão poderá delimitar no Edital Convocatório o tipo de informação técnico-científica que será admitido em cada edição da revista.

Art. 6º A Comissão reprovará sumariamente o artigo em que se constatar a ocorrência de plágio.

§ 1º O plágio consiste na utilização de ideias e/ou trabalho produzido por outros, omitindo a fonte de informação;

§2º considera-se, assim, plágio:

I - quando uma parte ou a totalidade de um trabalho contém materiais não referenciados, isto é, argumentos e conceitos que não são do autor do artigo, mas que

são apresentados como tal, sendo omissa a fonte de onde foram retirados;

II - a utilização, palavra por palavra, do texto elaborado por alguém sem identificar o autor, assim como parafrasear as suas ideias sem o indicar;

III - a tradução direta, sem mencionar as fontes.

§ 3º Além do disposto no parágrafo anterior, caberá à comissão identificar outras hipóteses configuradoras de plágio, como a utilização de sinônimos para evitar a detecção de plágio ou a combinação de partes de diferentes fontes sem a devida citação.

Art. 7º Os arquivos com o corpo principal dos trabalhos submetidos não poderão conter qualquer referência aos nomes dos seus autores, e deverão ser apresentados da seguinte forma:

§ 1º Folha de Rosto salva em arquivo apartado, da qual constará, obrigatoriamente, sob pena da inadmissibilidade do trabalho, o(s) nome(s) do(s) autor(es), qualificação, título, resumo em vernáculo e palavras-chaves.

§ 2º O corpo principal do trabalho deve conter título, resumo em vernáculo, palavras-chaves, parte introdutiva, desenvolvimento, conclusão e referencial bibliográfico.

§ 3º Os trabalhos deverão observar os seguintes requisitos formais:

I - o formato do arquivo eletrônico deve utilizar a extensão .doc ou .docx;

II - os textos devem ser apresentados em formato digital;

III - margens esquerda e superior 3 cm; IV - margens direita e inferior 2 cm;

V - texto e títulos com letra tipo Times New Roman, tamanho 12;

VI - parágrafos com recuo inicial de 1,5 cm da margem esquerda;

VII - espaço entre linhas: 1,5;

VIII – citação com letra tipo Times New Roman, de acordo com o seguinte:

- a) citação de até 3 linhas, feita no corpo do texto, entre aspas, tamanho 12;
- b) citação com mais de 3 linhas, feita na linha seguinte, com recuo de todo o texto de 4 cm da margem esquerda, sem aspas, espaço simples e letra tamanho 10;
- c) todas as citações serão numéricas, em algarismos arábicos, devendo as informações de fonte constar da nota de rodapé;

d) as notas de rodapé têm numeração sequenciada, com espaçamento simples e letra tamanho 10;

e) a citação de obra deve atender a seguinte especificação: Autor, iniciando com o sobrenome em letras maiúsculas, seguido do nome; título da obra em negrito ou itálico; local de publicação; editora, ano de publicação e página;

f) obra que tiver mais de três autores, a disposição será a seguinte: autor, iniciando com o sobrenome em letras maiúsculas acrescido da expressão et al; título da obra em negrito ou itálico; local; editora, ano de publicação e página;

g) bibliografia de texto da internet deve apresentar-se da seguinte forma: autor, iniciando com o sobrenome em letras maiúsculas; título da obra em negrito ou itálico; menção ao texto “disponível em: <endereço do documento>” e a data de acesso;

h) nas citações poderão ser utilizados o sistema numérico ou o sistema autor-data; no entanto no sistema numérico não poderá incluir nota explicativa. Em tal caso, ou se suprime a nota ou se a inclui no corpo do texto;

i) no sistema numérico, as citações têm numeração única e consecutiva para todo o documento;

j) no sistema autor-data, as citações são feitas pelo sobrenome do autor ou pela instituição responsável, ou ainda, pelo título de entrada (caso a autoria não esteja declarada), seguido da data de publicação do documento, separados por vírgula e entre parênteses.

§ 4º Os trabalhos poderão ser apresentados por até três co-autores.

§ 5º Os casos omissos deverão seguir as regras estabelecidas pela ABNT.

Art. 8º Os trabalhos apresentados à seleção devem obedecer aos seguintes limites de páginas:

I - artigos científicos, ensaios, resenhas, entre outros, com no mínimo 10 páginas e no máximo 30 páginas;

II - comentários de decisões judiciais ou pareceres, com no mínimo 5 páginas e no máximo 25 páginas.

§1º Fica vedada a menção aos nomes das partes que figurem em processos judiciais ou administrativos, ressalvados os entes públicos ou componentes da

Administração Indireta.

§2º Quando necessário, as partes deverão ser referenciadas de forma genérica, como "Parte A", "Parte B", etc.

Art. 9º Os trabalhos devem ser enviados ao Centro de Estudos Jurídicos pelo e-mail cejur.acre2014@gmail.com.

Art. 10. Os trabalhos encaminhados serão analisados pela Comissão Editorial, que procederá à seleção e indicará a publicação na Revista da Procuradoria-Geral.

Art. 11. Cada trabalho será distribuído a um relator, membro da Comissão, para manifestação sobre a viabilidade da publicação no prazo de dez dias.

§ 1º A avaliação será feita em ficha própria, conforme modelo em anexo, devendo obedecer aos seguintes critérios:

- I - pertinência do tema;
- II - atualidade da matéria;
- III - contribuição técnico-científica;
- IV - consistência e lógica das teses sustentadas;
- V - redação conforme as regras gramaticais e ortográficas;
- VI - conveniência e oportunidade da divulgação.

§ 2º O membro da Comissão Editorial preencherá para cada trabalho a ficha de avaliação que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º O relator designado poderá realizar diretamente, ou solicitar ao autor, por meio do Cejur, correções de ordem gramatical e ortográfica no trabalho submetido à análise, devendo o autor realizar as correções em até 2 dias úteis.

Art. 12. Procedida à avaliação na forma do art. 10, todo o material será submetido ao plenário da Comissão Editorial, que decidirá sobre sua publicação.

Parágrafo único. A aceitação dos trabalhos para publicação far-se-á mediante aprovação da maioria simples dos membros.

Art. 13. As publicações aprovadas serão utilizadas cronologicamente, na medida das necessidades de cada número editado, podendo a comissão excepcionar o princípio sempre que a matéria do interesse da Administração mereça

divulgação urgente, como alterações legislativas relevantes ou decisões judiciais de grande impacto.

TÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 14. Os trabalhos aprovados e não publicados não serão devolvidos, podendo ser utilizados em edição futura.

Parágrafo Único. Os trabalhos enviados implicam a cessão automática e gratuita dos direitos autorais e patrimoniais.

Art. 15. A entrega dos trabalhos implica, obrigatoriamente, na aceitação das normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 16. A critério da Comissão Editorial poderão ser republicados artigos de edições anteriores.

Art. 17. Os membros da Comissão Editorial poderão apresentar trabalhos para análise, vedada sua participação na sua revisão e julgamento, para garantir a imparcialidade.

Art. 18. Todas as questões que não forem reguladas por estas normas procedimentais serão resolvidas pelos membros da Comissão Editorial, em deliberação por maioria simples.

Art. 19. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.